

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JOHABI DE CASTRO SILVA

**RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A
FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE DIANTE DA INDISCIPLINA ESCOLAR NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**MANAUS – AM
2019**


JOHABI DE CASTRO SILVA

**RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A
FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE DIANTE DA INDISCIPLINA ESCOLAR NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

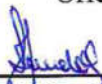
Trabalho de Conclusão do Curso de
Licenciatura em Pedagogia da Universidade
do Estado do Amazonas – UEA, como parte
dos requisitos para obtenção do grau de
Licenciado em Pedagogia.

Aprovação em: 07 de junho de 2019

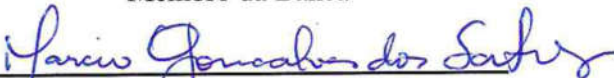
Banca Examinadora:



Profª. Dra. Osmarina Guimarães de Lima
Orientadora



Profª. MSc. Jane Lindoso Brito
Membro da Banca



Prof. Dr. Márcio Gonçalves dos Santos
Membro da Banca

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

R382r Silva, Johabi de Castro
Relação entre a organização do trabalho pedagógico e a formação e prática docente diante da indisciplina escolar nos anos iniciais do ensino fundamental / Johabi de Castro Silva. Manaus : [s.n.], 2019.
48 f.: il.; 30 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.
Inclui bibliografia
Orientador: Lima, Osmarima Guimarães

1. Indisciplina. 2. Escola. 3. Família. I. Lima, Osmarima Guimarães (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Relação entre a organização do trabalho pedagógico e a formação e prática docente diante da indisciplina escolar nos anos iniciais do ensino fundamental

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

Este trabalho é dedicado ao meu Deus, meu alicerce, fonte de toda sabedoria e de toda graça.

Aos meus pais, João e Meire, que sempre estiveram ao meu lado me dando força.

À minha esposa Vanessa pelo seu amor, apoio e compreensão em todos os momentos.

À minha orientadora, professora Dra. Osmarina Guimarães de Lima com quem compartilhei minhas dúvidas e angústias a respeito do tema, por ter abraçado este trabalho e contribuído para a sua concretização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela sua presença durante esta jornada, pelo seu amor, pela sabedoria concedida e por me proporcionar vida e saúde para realizar esta etapa tão importante para minha formação, a ele minha eterna gratidão.

Aos meus pais João e Meire pela boa criação que me deram, por me ensinarem a confiar sempre em Deus e por todo o esforço feito na minha educação.

À minha esposa Vanessa que não mediu esforços para me ajudar nesta caminhada, pelo seu amor, incentivo e compreensão.

A todos os meus professores do curso de pedagogia, por todo o conhecimento compartilhado e por terem contribuído para a minha formação. Em especial à minha orientadora professora Osmarina Guimarães de Lima por ter acreditado em mim e contribuído com seus conhecimentos e suas orientações, pois foram de suma importância para a realização desse trabalho.

RESUMO

Este trabalho buscou, por meio de um levantamento bibliográfico na literatura específica e pesquisa documental, contextualizar as relações estabelecidas entre a organização do trabalho pedagógico, a formação e a prática docente diante da indisciplina escolar. No âmbito específico, a pesquisa objetivou identificar na literatura estudos e debates sobre indisciplina escolar; relacionar a formação e a prática docente, enfatizando o trabalho pedagógico colaborativo diante de tal problema escolar; conhecer orientações teórico-metodológicas de enfrentamento da indisciplina no contexto escolar. A indisciplina escolar se mostra ao longo do tempo como uma questão preocupante para os atores educacionais, pois esta vem transformando a relação professor-aluno e comprometendo o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com que foi constatado nesta pesquisa convém esclarecer que indisciplina é um fenômeno que, para ser enfrentado, precisa da participação integral de todos. Autores como Luckesi (1999); Piletti e Rossato (2018) e Parrat-Dayana (2018) destacam que as ações da escola e da família precisam se complementar, estas devem assumir suas responsabilidades. Pois os atos indisciplinados que permeiam dentro dos lares refletem diretamente na sala de aula e na escola, assim também como um trabalho educacional mal feito só tende a criar mais conflitos e transtornos gerando mais indisciplina.

Palavras-chave: Indisciplina. Escola. Família.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPITULO I - INDISCIPLINA ESCOLAR: ESTUDOS E DEBATES.	10
1.1 Indisciplinas: aspectos conceituais.....	10
1.2 Causas e consequências da indisciplina no contexto escolar.	17
1.2.1 Fatores externos: Família e os Meios de Comunicação.....	18
1.2.2. Fatores internos: Relação professor – aluno, escola.....	22
1.2.3. Consequências da indisciplina no ambiente escolar.....	26
1.3. Indisciplina escolar: prevenção e enfrentamento.....	27
CAPITULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
2.1. Tipo de pesquisa.....	32
2.2. Fontes.....	35
2.3 Etapa de coleta e análise dos dados.	36
2.3.1 Coletas de dados.....	36
2.3.2 Análise de dados.....	36
CAPITULO III - A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO ARTICULADO AOS DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DA PRÁTICA DOCENTE: COMPREENDER PARA INTERVIR NO DEBATE E NAS AÇÕES ESCOLARES....	37
3.1. A escola como instituição complexa: os desafios do trabalho colaborativo.....	37
3.2. Trabalho pedagógico e trabalho docente diante das questões da indisciplina.	41
3.2.1 Apoio ao trabalho docente	43
3.2.2 Socialização das experiências.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

A indisciplina escolar se mostra ao longo do tempo como uma questão preocupante para os atores educacionais, pois esta vem transformando a relação professor-aluno e comprometendo o processo de ensino-aprendizagem. Assim, é imprescindível compreender a natureza dos problemas ocasionados pela indisciplina, refletindo às relações estabelecidas na organização do trabalho pedagógico, desde a formação até a prática docente diante da indisciplina. Dessa forma, este trabalho busca responder a seguinte questão problema: quais relações podem ser estabelecidas entre a organização do trabalho pedagógico, formação e prática docente diante da indisciplina escolar?

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral contextualizar as relações estabelecidas entre a organização do trabalho pedagógico, a formação e a prática docente diante da indisciplina escolar. No âmbito específico, o trabalho buscou identificar na literatura estudos e debates sobre indisciplina escolar; relacionar a formação e a prática docente, enfatizando o trabalho pedagógico colaborativo diante do problema da indisciplina escolar e, conhecer orientações teórico-metodológicas de enfrentamento da indisciplina no contexto escolar.

Este trabalho se justifica pela necessidade de realizar uma pesquisa no âmbito da indisciplina no ambiente escolar a partir de um olhar voltado para relações sociais representadas pelos indivíduos que compõem o processo educacional e, fomentar a importância da participação efetiva dos atores educacionais na educação democrática. Para uma melhor compreensão acerca da temática pesquisada, este trabalho de conclusão de curso dividiu-se em três capítulos.

No primeiro capítulo é apresentado um panorama teórico e conceitual sobre a indisciplina. Esse capítulo está dividido em três seções. A primeira seção trata os aspectos conceituais. A segunda trata sobre as causas e consequências da indisciplina no contexto escolar, abordando os fatores internos e externos. A terceira trata sobre prevenção e enfrentamento da indisciplina.

No segundo capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho.

E no terceiro capítulo é apresentada a análise dos resultados, articulado ao capítulo I, dividido em duas seções. A primeira trata da escola como instituição complexa: os desafios do trabalho colaborativo. E a segunda trata do trabalho pedagógico e trabalho docente diante das questões da indisciplina, abordando apoio ao trabalho docente e socialização das experiências.

O trabalho se faz relevante na medida em possibilita compreender algumas das possíveis causas da indisciplina no ambiente escolar, pois o que nos ficou claro durante a pesquisa é que a indisciplina escolar possui uma diversidade complementar conceitual aplicada a diversas situações ou ambientes, o que implica que a indisciplina seja estudada a partir da percepção e das necessidades de cada grupo.

CAPITULO I - INDISCIPLINA ESCOLAR: ESTUDOS E DEBATES.

Na bibliografia educacional e singularmente no cotidiano escolar, a indisciplina se agrega a um conceito negativo e entre suas presumíveis implicações pouco encontramos de produtivo, além do agenciamento de pesquisas que ela concebe. Apresenta-se como um tema complexo, carente de respostas, de reflexões, aprofundamento e debates. A falta progressiva de disciplina e respeito, confessada pelos professores expõe a crise proveniente dessas variações de comportamentos indesejados nas escolas, surpreendendo a todos os atores educativos.

Para entendermos essas questões é necessário, primeiramente, abordar os aspectos conceituais, discutindo a indisciplina escolar a partir do levantamento bibliográfico, tendo como base as pesquisas já realizadas sobre a temática por diferentes autores e por meio desse levantamento destacar os diferentes conceitos do tema em questão.

1.1 Indisciplinas: aspectos conceituais.

O termo indisciplina está presente desde os primórdios da educação, embora não caracterizado ou com tanta ênfase como no atual cenário educacional. Entender essa questão, como ela se manifesta e se dissemina nos sistemas educacionais, possibilitaria um aperfeiçoamento para prática pedagógica. A palavra indisciplina aparece fortemente associada ao contexto escolar, mais precisamente no espaço da sala de aula. O termo (in) disciplina pode ser considerado de caráter polissêmico, uma vez que, disciplina e indisciplina aparecem interligadas em vários contextos.

Partindo desse princípio é fundamental conhecer os conceitos encontrados nos dicionários e os estabelecidos pelos autores que serão citados no decorrer do texto, imprescindível para o conhecimento das raízes etimológicas das palavras: disciplina e indisciplina.

Segundo o dicionário da língua portuguesa mini Aurélio (2017) disciplina é um substantivo feminino que significa: “regime de ordem imposta ou mesmo consentida; ordem que convém ao bom funcionamento de uma organização; relações de subordinação do aluno ao mestre; submissão a um regulamento; qualquer ramo do conhecimento; matéria ensino” (AURÉLIO, 2017, p. 257). O mesmo dicionário nos dá também o sentido da palavra

indisciplina como: “Falta de disciplina”. Nesse sentido tudo o que se opõe à disciplina, que viola os combinados sociais pode ser considerado como atos de indisciplina.

Garcia (2006, p. 34) descreve a origem da palavra indisciplina a partir de duas possíveis origens:

Uma delas reside na origem latina **discípulo** – composta do prefixo **dis**, e do verbo **capere** -, que, num sentido literal, pode ser interpretada como um sentido que se apropria de algo que lhe está sendo mostrado ou indicado – daí o sentido de “discípulo” como aquele que pretende.

Continua o autor:

Uma outra possibilidade deriva do verbo latino **disco**, comumente traduzido por aprender ou torna-se familiarizado. Esse termo se origina na raiz grega, **da**, que compõem palavras tais como didática. Dessa raiz extraímos o sentido de seguir ou acompanhar. Nesse sentido, o termo disciplina pode se referir a algo a ser seguido. Ainda a partir da etimologia, vemos que guarda relações com os termos educar e docência, compartilhando um sentido de transformação (GARCIA, 2006, p. 70).

Observamos nesses conceitos algumas semelhanças e que ambos apontam para uma condição que deve ser seguida em direção ao aprendizado, esboçando a imagem do aluno em relação ao mestre na busca pelo conhecimento como processo de transformação. Mas também nessa definição não menciona regras impostas, apenas a submissão do discípulo ao mestre, uma vez que entendido que o mestre tinha superioridade em relação ao discípulo, cabendo apenas indagações da parte do aluno, ou seja, nesse sentido a disciplina era o ato de ensinar e aprender.

Prosseguimos com um estudo apresentado por Farias em 1979, nele constava que os alunos apresentavam um comportamento, o qual os professores denominavam como “disciplinados” ou “indisciplinados” mesmo sem terem definições precisas sobre o tema. O que podemos assemelhar ao que ainda persiste nos dias atuais. Vale ressaltar que para autor havia uma definição formal, não oficial, para que viesse ser designado como ‘indisciplina’, porém os professores sinalizavam à existência de um consenso entre eles e alunos sobre seu significado. Nesse estudo o autor apresenta definições de disciplina advindas de diferentes autores, uma definição direcionada para a escola, onde ele descreve:

Disciplina vem do latim “disciplina” que significava “ensino” ou “matéria ensinada” [...] O termo deriva do verbo “discere” – aprender – que se opõe a “docere” – fazer aprender, ensinar. Há, porém, um segundo significado [...] “Disciplina” quer dizer um conjunto de regras de conduta impostas aos membros de uma coletividade, especialmente escolar ou militar, ou que alguém impõe a si próprio. [...] O termo significa a boa ordem na sala de aula, bem como seu treino promovido nas crianças através do preceito, exemplo, regras e sistemas de recompensa e punição. [...] Um processo que procura conseguir o domínio que cada um deve ter de si próprio e do ambiente circundante [...]. (FARIAS, 1979, p. 27 – 29).

Prossegue o autor:

A disciplina não seria um conjunto de proibições, regras e regulamentos, “embora tornem-se necessárias algumas ‘regras de base’ funcionais que definam um campo para a liberdade [...]” O indivíduo disciplinado seria aquele que domina a si próprio e ao meio ambiente. Não é aquele submisso, psicologicamente subjugado ou coagido. [...] O significado antigo da palavra – “ser ensinado” ou “submeter-se às exigências da aprendizagem” [...] O termo significava uma escolaridade formal, uma aprendizagem, uma atividade organizada. (FARIAS, 1979, p. 27 – 29).

Nesse sentido, disciplina também está associada ao que é ensinado na escola, ou seja, a educação passa para um formato coletivo, o que exigiu uma atividade coordenada, então se estabeleceu o que podemos chamar de “conjuntos de regulamentações” que possibilitariam o desenvolvimento dessas atividades. Esse conjunto de regulamentações seria as regras e acompanhado dessas regras surge o termo “indisciplina”, o que podemos considerar como resistência ou enfrentamento causado por essas novas configurações das atividades educacionais.

Aprender seria um dos objetivos principais, o que explica a necessidade de atividades coordenadas, ajustadas a um conjunto de regras que não podem ser associadas à proibição, e sim a fatores indispensáveis para o bom funcionamento do ambiente escolar interpretado ao exercício da liberdade no interior desse aparelho educacional, traduzida por uma relação entre quem ensina e quem aprende, um compromisso firmado por ambas as partes. Assim como o professor teria a responsabilidade de conduzir o conhecimento na sala de aula o aluno assumiria o compromisso da dedicação para adquirir o conhecimento, é esse ato que podemos denominar nessa perspectiva como disciplina, viver sob os combinados da escola, mas com livre poder de decisão consciente sobre seus atos.

A cada conceito, a definição de indisciplina parece ter relação mais íntima com o de disciplina e tende a ser interpretado pelo sentido de negação, o prefixo “IN” traz em sua essência o efeito de contrariedade, ausência/resistência. A indisciplina só é definida após a

definição de disciplina e é na escola que esse tema parece ganhar destaque. Isso ocorre porque a indisciplina é um problema real no ambiente escolar sentido por todos os que compõem esse ambiente e, é considerada como um vasto campo a ser explorado, pois sua dinâmica requer atenção e acompanhamento para ter uma percepção de como ela se manifesta em suas variáveis formas e aspectos no contexto escolar.

Nos autores até aqui citados, não observamos divergências, e sim uma sincronia na definição de indisciplina, Parrat-Dayan (2018) afirma que em geral:

O conceito de indisciplina é definido em relação ao conceito de disciplina, que na linguagem corrente significa regra de conduta comum a uma coletividade para manter a boa ordem e, por extensão, a obediência à regra. Evoca-se também à sanção e o castigo que se impõem quando não se obedece a regra. Assim o conceito de disciplina está relacionado com a existência de regras; e o de indisciplina, com a desobediência dessas regras. (PARRAT-DAYAN 2018, p. 18).

Nesse sentido o conceito de disciplina está relacionado ao que a escola denomina como regimento escolar, onde estão descritas as regras das instituições, as quais todos têm que se submeter, ou seja, as regras são comuns para todos levando em consideração o papel que cada um ocupa na instituição, onde o regimento disciplinar da escola descreve quais atos a serem cometidos por seus integrantes serão considerados como atos de infração disciplinar.

Essa definição de indisciplina direcionada para a escola revela também que disciplina não são as regras, e sim a observação e respeito pelas mesmas, assim serão considerados disciplinados quem agir no respaldo das regras estabelecidas pela escola, alunos, professores, pedagogos, gestores e os demais que compõem o corpo escolar, todos que pertencem à escola necessitam está sob essas regras para que haja um funcionamento sincronizado e perfeito de seu sistema educacional. Assim todo comportamento que não esteja de acordo com as regras da escola e da sala de aula serão classificados como indisciplina.

Nesse mesmo sentido temos outro conceito de disciplina e indisciplina:

Se entendermos por disciplina comportamento regidos por um conjunto de normas, a indisciplina poderá se traduzir de duas formas: a revolta contra estas normas; o desconhecimento delas. No primeiro caso, a indisciplina traduz-se por uma forma de desobediência insolente; no segundo, pelo caos dos comportamentos, pela desorganização das relações. (LA TAILLE, 2016, p.10).

Embasado no autor podemos dizer que a indisciplina está relacionada aos comportamentos não adequados às regras estabelecidas pela escola seja pelo desconhecimento, seja pela não concordância com as mesmas. Também é importante destacar que apenas conhecer as regras não garante que os alunos terão disciplina, é importante que todos conheçam e entendam a importância das mesmas, e que ninguém está acima dessas regras.

Não podemos deixar de citar que nas escolas existem mecanismos que efetivam a disciplinarização dos indivíduos que a compõe, ou seja, a disciplina se mostra como poder presente nas instituições escolares. É importante ressaltar que essas regras enquanto mecanismos de disciplina encontrados nas escolas não são, ou não devem ser de cunho autoritário, enquanto indivíduos integrantes sociais necessitamos das regras, pois são elas que permitem a convivência e orientam as relações sociais.

Nessa direção Foucault (2014) exalta as diferenças e os benefícios da disciplina, pois se destaca pelos benefícios a quem a pratica:

Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos da utilidade igualmente grandes. Diferentes também da domesticidade, que é uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma singular do padrão, seu “capricho”. (FOUCAULT, 2014, p. 135)

Prossegue o autor:

Diferente da vassalagem que é uma relação de submissão altamente codificada, mas longínqua e que se realiza menos sobre as operações do corpo que sobre os produtos do trabalho e as marcas rituais da obediência. Diferentes do asceticismo e das “disciplinas” de tipo monásticas, que tem por função realizar renúncias mais do que aumentos de utilidade e que, implicam obediência a outrem, tem como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo. (FOUCAULT, 2014, p. 135)

Assim a disciplina não deve ser interpretada apenas como regras para limitações, pois ela é fundamental quando se pretende alcançar determinados objetivos que são trabalhados pela família e pela escola para a vida futura de seus alunos.

Percebemos que a indisciplina tem em suas perspectivas pedagógicas uma “diversidade complementar conceitual”, é importante o professor compreender para

conceituar, entender que ele está vinculado a um contexto escolar, considerando a indisciplina a partir das relações estabelecidas entre a formação e prática docente, uma relação que facilite fundamentos, que ajudem a compreender a indisciplina escolar como algo a ser estudado, refletido, não somente a ser combatido, porque a indisciplina pode ser apenas reflexos de outros problemas.

Segundo Parrat-Dayan (2018):

O conceito de indisciplina não é estático, nem uniforme, nem universal. A indisciplina relaciona-se com um conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história, entre culturas diferentes, nas diferentes classes sociais. No plano individual, a palavra disciplina pode ter significados diferentes, e se, para um professor, indisciplina é não ter o caderno organizado; para outro, uma turma será caracterizada como indisciplinada se não fizer o silêncio absoluto e, já para um terceiro, a indisciplina poderá ser vista de maneira positiva, considera sinal de criatividade e de construção de conhecimento. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 19)

As experiências escolares denotam as variações estabelecidas entre a formação e prática docente diante da indisciplina escolar, em contextos similares também definem conceitos diferenciados. É de suma importância a autorreflexão do professor, entender como ele percebe essa questão da indisciplina. Como ele lida com essas questões, visto que nos estágios em escolas diferentes, em estágios diferentes os problemas parecem ser os mesmos, repetem-se as práticas “falhosas”, não se percebe uma sintonia entre o saber, o fazer e o saber fazer.

Antunes (2017) afirma que talvez a melhor maneira de trabalhar o início do conceito de “indisciplina”, é definir o que seria uma “classe indisciplinada”:

Uma classe indisciplinada, acreditamos, é toda aquela que: Não permita aos professores oportunidades plenas para o desenvolvimento de seu processo de ajuda na construção do conhecimento do aluno; Não ofereçam condições para que os professores possam “acordar” em seus alunos sua potencialidade como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e exercício consciente da cidadania; Não permita um consciente trabalho de estímulo às habilidades operatórias, ao desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e vivências geradoras da formação de atitudes socialmente aceitas em seus alunos. (ANTUNES, 2017, p. 07)

O autor considera que a disciplina não está em um modelo fixo de comportamento e sim numa série de atitudes/conduas manifestas no decorrer da aula, considera a relação professor-aluno de suma importância para construção de um ambiente disciplinado, refletindo

o que ocorre na sala de aula, discutindo e esclarecendo as regras chegaria a um acordo significativo em relação ao ensino e aprendizagem.

Em conformidade com o autor não podemos pensar a indisciplina como algo relacionado apenas ao comportamento ou desvios das normas e regras, devemos considerar as percepções do próprio aluno, colocá-los como parte integrante desse processo, onde ele possa enxergar um objetivo a ser alcançado além do próprio ato de aprender.

Parrat-Dayan (2018) afirma que é a clareza das regras da disciplina que possibilita a existência da ordem e convivência entre professor/aluno na sala de aula, é indispensável para o aprendizado escolar:

[...] as regras que organizam a relação na sala de aula devem ser negociadas e explicadas. Não se trata, então, de negar a disciplina, e sim de ver qual é a melhor maneira de articular as leis (que são fixas e devem ser respeitadas) com as regras (que podem ser negociadas e autorreguladas) [...]. (PARRAT-DAYAN, 2018 p. 38).

Para avançarmos nesse sentido é fundamental o papel do professor como aquele que está a gerenciar as regras a serem definidas pelo grupo, onde os professores em sintonia com seus alunos além de formularem e trabalharem as regras estarão cientes dos objetivos das mesmas.

Os educadores poderão iniciar de situações simples para as mais complexas, bem como, merendar fora do horário do recreio, ir várias vezes ao banheiro durante a aula, conversas paralelas e uso indevido do celular na sala de aula, são algumas questões com possibilidade de negociações levando sempre em consideração momentos e situações despertadas no decorrer das aulas. O mesmo não se aplica para situações complexas, pois, alunos e professores devem ter consciência que desrespeito ao próximo, agredir, discriminar, dentre outros, são atos inadmissíveis que não podem ser cometidos em nenhum momento e lugar na sociedade, principalmente dentro da escola, a intervenção deve ser imediata.

É nesse sentido que começamos a avançar na construção de uma sociedade que observe e participe da criação das normas sociais, como afirma Parrat-Dayan (2018):

“É evidente que, se quisermos que os alunos avancem no sentido da cidadania, é necessário prepará-los para pensar e resolver conflitos. Se eles não se sentirem capazes elaborar e participar na solução dos problemas que, que na última estância,

podem ir além dos problemas escolares, as condutas de indisciplina serão inevitáveis”. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 22).

Para avançar nesse sentido temos que procurar envolver os alunos na solução das situações consideradas problemas, não meramente colocá-los como fonte de problemas, desenvolver neles e com eles as capacidades de agir de forma positiva sobre o ambiente que estão inseridos para lidarem com êxito diante das adversidades sociais.

1.2 Causas e consequências da indisciplina no contexto escolar.

Neste tópico vamos abordar alguns aspectos relacionados às causas e consequências da indisciplina no contexto escolar e como podem influenciar na formação social dos alunos, considerando as necessidades e os desafios de discutir as causas da indisciplina na escola como problemas que muitas das vezes estão além dos muros da escola, arraigada na sociedade e refletida na escola.

No estudo realizado sobre a indisciplina na escola, buscamos compreender as causas e as consequências da mesma, para tanto é importante destacar que “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela” (BRANDÃO, 1995, p. 07). Assim como a educação, a disciplina não se adquire apenas na escola, ela está presente em todas as esferas da sociedade e em todos os momentos, em cada lugar se estabelece um comportamento específico.

No decorrer do texto observamos que a escola recebe influências externas e internas, logo, as causas da indisciplina também podem ser externas e internas como afirma Parrat-Dayan:

As causas externas podem ser vistas na relativa influência dos meios de comunicação, na violência social e também no ambiente familiar, [...]. as causas internas podem ser vistas no ambiente escolar e nas condições de ensino-aprendizagem, na relação professor/aluno, no perfil dos alunos e na facilidade que eles têm de se adaptar aos esquemas da escola. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 57).

Para entendermos as causas da indisciplina vamos abordar nessas duas perspectivas, no âmbito externo e interno da escola.

1.2.1 Fatores externos: Família e os Meios de Comunicação.

1.2.1.1. Família.

No âmbito externo, a família aparece como a principal responsável pelo fracasso ou sucesso educacional do aluno antes de chegar à escola. É a família a primeira escola da criança, é comum ouvir que a educação vem de berço. Todo referencial de valores, costumes, crenças e comportamentos demonstrado no primeiro contato com a escola será atribuído a família.

A família carrega enorme responsabilidade, mas também não podemos esquecer que a mesma está exposta as mudanças sociais, culturais e econômicas que resultaram no surgimento de novos modelos de família, e conseqüentemente essas transformações refletem em todos seguimentos da vida, inclusive na escola. Mesmo com essas transformações e surgimentos de novos modelos familiares, as responsabilidades seguiram as mesmas, ou seja, a família continua sendo a responsável pelo desenvolvimento inicial da criança com afeto, sentimentos, educação familiar e social como o primeiro passo para a sociabilidade da mesma.

Segundo Parrat-Dayan“se é verdade que o professor deixou de ser um modelo a ser seguido e a escola já não é garantia de ascensão social, os dois seguem sendo juntos com a família, uma referência indiscutível para promover e desenvolver valores humanos nos jovens. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 58). O fator família é crucial para o desenvolvimento da criança no seu todo; (físico, emocional, psicológico, educacional, social etc.), uma família estruturada, onde esteja presente a figura de pai e mãe vivendo em harmonia, se respeitando, transmitindo os valores morais e sociais, participando ativamente da educação dos filhos, não expondo seus filhos a violência doméstica e etc. Antes, buscar proporcionar um ambiente saudável com estímulos educacionais, para que os filhos tenham maiores possibilidades de sucesso durante as fases da infância, inclusive na escola, o que conseqüentemente o fará um adulto emancipado na sociedade.

Claro que as famílias devem buscar um equilíbrio, pois existem crianças que mesmo no ambiente familiarque disponha de meios que favoreça sua educação, como já citados à cima, os desequilíbrios entre o essencial e o excesso poderá contribuir para a indisciplina da criança. Por outro lado,Parrat-Dayan(2018) destaca o ambiente familiar desestruturado, com separação familiar, desemprego, pobreza, pais ausentes na educação dos filhos, permissividade sem limites, violência doméstica, conjugues que não se respeitam, que não

mantêm diálogo na relação familiar. São ambientes com valores sociais invertidos que enfraquecem ou não desenvolvem os laços efetivos que acompanharão a criança no seu processo de desenvolvimento, são fatores que contribuem para a indisciplina familiar e escolar, pois as crianças tendem a reproduzir os comportamentos que vivenciam em casa, tem os pais, ou quem os criam como a primeira inspiração social.

Essas experiências terão fortes influências na formação do caráter, valores sociais e soco emocional que acompanharão a criança para vida dentro da escola. Assim:

A família tem a função de sociabilizar e estruturar os filhos como seres humanos. Vários estudos e pesquisas têm demonstrado que jovens problemas são fruto de famílias que, independentemente do nível socioeconômico, não lhes ofereceram afetividade suficiente. A violência na infância e na adolescência, por exemplo, existe tanto nas camadas menos favorecidas como nas classes média e alta. O que faz a diferença é a capacidade de a família estabelecer vínculos afetivos, unindo-se no amor e nas frustrações. (CAPELATTO, 2002, p. 10)

Os pais têm grande influência no comportamento dos filhos, transmitem valores e conhecimentos através das relações do cotidiano, isto é, a construção da afetividade se dá a partir das relações estabelecidas no interior das famílias, porém não se trata de uma questão fatalista:

Eu posso formar bem meus filhos e eles podem fazer escolhas equivocadas. Assim como há pais que não foram bons, mas os filhos se tornaram boas pessoas, que desejam contribuir para um mundo mais harmonioso. [...] muitas pessoas tiveram pais e mães que foram irresponsáveis, que não tiveram força amorosa e se tornaram homens e mulheres que conseguiram se firmar numa sociedade sadia. E com outros aconteceu ao contrário. (CORTELLA, 2014, p. 97)

Por esse motivo devemos levar em consideração que essas crianças também estão expostas desde o início a estímulos de ambientes externos que estão fora do controle dos pais, onde as consequências podem ser refletidas e interpretadas de diferentes maneiras na escola. Podem chegar crianças de ambientes familiares “desestruturados” que apresentem um bom comportamento favorecendo seu aprendizado, assim como podem chegar alunos de ambientes familiares “estruturados” que apresentem comportamentos inadequados e dificultem seu aprendizado escolar.

Portanto, para a educação escolar é imprescindível a educação disciplinar familiar, pois esta compreende tanto a influências dos pais, professores e outros atores sociais que se

configuram como líderes profissionais na vida das crianças, cuja participação é indispensável, assim, colabora de forma consciente de acordo com suas responsabilidades:

Educar é claramente saber influenciar. Os pais influenciam fortemente seus filhos, mas os formam para enfrentar a vida com autonomia: todo filho deve, um dia, sair de casa e construir sua própria vida, com sua autonomia. [...] existe, pois, influência libertadora, aquela pedagógica, voltada para a construção da autonomia do sujeito e que implica professor de estilo orientador, motivador, desafiador, não-preceptor, capataz. (DEMO, 2004, p. 60.)

A educação familiar é um fator natural que não substitui a educação escolar, antes, ambas se complementam, para que a criança/aluno tenha uma formação educacional adequada e autônoma. Esses ensinamentos darão condições para esse indivíduo crescer e desenvolver-se na sua vida futura, independentemente das condições familiares.

1.2.1.2. Os meios de comunicação.

Não há dúvida em relação à importância dos meios de comunicação, já que vivemos numa sociedade globalizada, onde precisamos da intercomunicação, principalmente quando se trata de um mundo interconectado mediante uma avalanche de informações e crescimento em todos os segmentos que se constitui a sociedade.

No entanto, também os meios de comunicações têm suas parcelas de culpa nesse processo perverso ocasionando a indisciplina; dentre este podemos destacar o telefone celular e a TV; parecem inofensivos cheios de utilidade, de certo modo são, desde que sejam utilizados de forma consciente e crítica.

No caso do celular, um aparelho que nos acompanha para todos os lugares, inclusive para dentro da sala de aula, Cortella (2014) cita que “Há 20 anos, eu diria para um aluno em sala de aula prestar atenção, em vez de falar com o colega. Agora ele não precisa falar com o colega para ficar distraído, basta um celular”. Ou seja, os meios de comunicação invadiram escola, de certa forma eles são bem mais atraentes que as salas de aulas, constituem um mundo fácil, de acesso rápido as informações.

Os meios televisivos também são abordados como fatores que colocam em xeque os valores sociais, não são violentos, mas configuram-se como veículos que transportam para dentro dos lares novos conceitos sociais:

[...] as mídias trazem, também, uma série de riscos, alguns deles bastante evidentes, que podem ser sentidos na nossa vida cotidiana. A mídia provoca uma abstração e desumanização das relações sociais, em boa parte porque tudo vira espetáculo. As mazelas humanas aparecem na telinha e não parecem ser de verdade (LIBÂNEO, 2002, p. 111).

Nessa mesma perspectiva Parrat-Dayan (2018, p. 61) tem a mesma compreensão quando também diz que:

Os meios televisivos não são agressivos em si, mas expressam e são espelhos de aspectos agressivos de uma sociedade. Há diferentes estudos mostrando que a TV não gera, diretamente, a violência, mas coloca o sujeito na situação de insensibilidade perante a violência. E isso é perigoso. A criança adquire o costume de ver cenas violentas e, quando há uma situação de violência, ela não a estranha porque passou a ser algo cotidiano e habitual.

Continua a autora:

Na realidade, o fato de provocar insensibilidade perante a violência é uma forma de gerar violência. Mas além da questão da violência, outro problema importante é que, com a televisão, a família perde espaço no que se refere à transmissão cultural entre as gerações. A TV assume a função de educação no lugar dos pais. Esse tempo roubado dos pais pela televisão produz problemas relacionados com o desabamento do universo simbólico e psíquico das crianças. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 61)

A autora cita a TV, que se faz presente em todos os lares, para muitos apenas como um lazer, para entretenimento ou apenas para se sentir informado, até aí parece inofensivo. O problema surge quando os pais não atentam para a classificação indicativa dos programas e expõem seus filhos aos mais diversos tipos de informações, ou seja, muitos pais não sabem intermediar/limitar o que seus filhos assistem, mesmo quando diz respeito à recreação, configuram-se como uma forma de ensino e aprendizagem. Assim, a família acaba enfraquecendo os seus valores e aumentando suas responsabilidades, e começar a dar espaço para o surgimento da indisciplina, “é preciso avaliar que essas tecnologias afetam o aprendizado tanto de forma positiva quanto de forma negativa” (idem).

Assim é importante colocar em evidência como as crianças estão se comportando em casa, como elas estão sendo ocupadas, como elas estão se divertindo, como elas estão sendo educadas. “É desleal a competição que a escola tem enfrentado com os meios audiovisuais, TV, internet, redes sociais, celulares e os jogos eletrônicos”. Mesmo assim Parrat-Dayan (2018, p. 61) acredita que a escola pode competir com o mundo audiovisual: “Para isso poderia

aproveitar esses recursos, mais de uma outra maneira. A escola poderia também utilizar outros recursos metodológicos atraentes e aceitos pelos alunos, tais como o ensino em laboratório”. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 56).

Nessa sequência Cortella (2014, p. 26) vê uma positividade quando afirma que “essa geração com menos de 18 anos voltou a escrever” embora que nas redes sociais; Twitter, WhatsApp, Facebook e etc, a escola poderia aproveitar esse gancho a seu favor e segundo o autor “Se a escola não prestar atenção nessa dinâmica, no material didático, na leitura, vamos perder essa condição de interagir e de aproximação”.

Assim compreendemos que tanto o telefone celular quanto a TV não estão em situação de serem combatidos, até mesmo por ser impossível vencê-los, é nesse momento que a escola pode fazer toda a diferença.

Ou seja, um lugar onde os alunos aprendem a razão crítica para poderem atribuir significados às mensagens e informações recebidas das mídias, multimídias e formas de intervenção educativa urbana. Várias pesquisas têm mostrado a fragmentação dos programas de TV, dos vídeos, da propaganda, que propiciam uma cultura em mosaico. À escola cabe prover as condições cognitivas e afetivas para o aluno poder re-ordenar e re-estruturar essa cultura, tornando-se, propiciando aos alunos os meios de buscá-la, analisá-la, para darem-lhe significado pessoal e produzir conhecimento. (LIBÂNEO, 2002, p. 114).

Precisamos encontrar formas ou meios de integrá-los aos meios de comunicação de forma útil à educação, usar com propósitos positivos, já que, os celulares em particular parecem uma extensão do corpo hoje em dia.

1.2.2. Fatores internos: Relação professor – aluno, escola.

1.2.2.1 Relação professor – aluno.

Piletti e Rossato (2018), usando pensamento de Wallon (1986) destacam que “na relação de sala de aula com o educador, o aluno tem a possibilidade de desenvolver-se como um todo, nos seus conjuntos cognitivos, motor e afetivo”. O ambiente escolar satisfatório propicia a relação entre professor e aluno, no que diz respeito ao ensino e aprendizagem

(disciplina):Luckesi (1994) compreende de maneira similar que os dois indivíduos se relacionam bem pedagogicamente quando:

Tomando por base as características fundamentais do educador e do educando, como seres humanos e como sujeitos de práxis pedagógica, verificamos que o papel do educador está em criar condições para que o educando aprenda e se desenvolva, de forma ativa, inteligível e sistemática. (LUCKESI, 1994, p.119).

O autor ressalta o papel do professor como fundamental no enfrentamento da indisciplina no ambiente escolar, levando em consideração a relação ensino/aprendizagem em sala de aula, esse bom relacionamento deve refletir em outras relações pessoais em lugares diferentes. Nesse sentido o autor complementa afirmando que “ O educador, como sujeito direcionador da práxis pedagógica escolar, deverá, no seu trabalho docente, estar atento a todos os elementos necessários para que o educando efetivamente aprenda e se desenvolva. (LUCKESI, 1994, p. 119).

Por outro lado, existe também a possibilidade de tanto o professor como o aluno não se entenderem por algum fator negativo, ou por parte do educador, ou do educando. Assim, o autor ressalta que um trabalho de excelência é imprescindível para o êxito na sala de aula, e que na ausência dessas qualidades os problemas tendem a surgir. Ou seja, “por trás destes fatos, há também, um trabalho educacional malfeito, seja no sentido da negação da possibilidade do processo de humanização dos sujeitos, seja no sentido da anulação do caráter transformador do conhecimento” (idem).

Demo (2004, p. 145) acrescenta que:

Parte da indisciplina pode ser creditada as aulas reprodutivas, já que essas nada acrescentam ao conhecimento, além de dissipar o tempo dos alunos. Já é comum na linguagem do aluno que a escola é uma chatice, geralmente devido às imposições curriculares ou da disciplina exigida de comportamento, mas também por conta de professores que não se tocam em termos de buscar modos inovadores de trabalhar com os alunos. (DEMO, 2004, p. 145).

Piletti e Rossato (2018) complementam quando ressaltam a papel dos professores:

Lembramos que o professor é possuidor de afetos, medos, inseguranças, alegrias, desejos, tranquilidade, apreço por conhecer, transformar-se, sendo que essas características podem contagiar os alunos (contágio da emoção) [...] é o mediador da cultura e das aptidões proporcionadas por ela e, ao mesmo tempo, indispensável para o desenvolvimento do aluno.(PILETTI e ROSSATO, 2018, p. 110).

O professor é um sujeito concreto trabalhando com alunos concretos, pois quando este assume e exerce com consciência e responsabilidade já transmite através do seu fazer educacional valores morais que muitas vezes não precisam ser verbalizados para serem compreendidos. A relação professor-aluno nem sempre será harmoniosa, mas se tanto o professor quanto o aluno fizerem e der seu melhor terão capacidades de superar os obstáculos, e possivelmente haverá a minimização da manifestação da indisciplina no ambiente escolar.

1.2.2.2 A escola.

A escola também pode ser um causador de indisciplina?

Se respondermos a essa pergunta apenas com a ótica leiga que muitos às vezes fazem, permaneceremos numa incógnita, pois como esse é um espaço concreto de vivências diárias, de culturas e contextos variados tanto de professores como de alunos, requer uma busca profunda nos estudos sobre essa temática. Somente através de uma ótica vivenciada pela experiência da pesquisa científica é possível aproximarmos da resposta desta pergunta. É assim que este trabalho bibliográfico buscou decifrar essa problemática.

A indisciplina não é um problema estritamente escolar, mas revela-se no interior das relações educativas. A socióloga Guimarães (2016, p. 77) nos convida a uma reflexão sobre os grupos internos que formam a escola:

Vamos refletir agora como a escola, enquanto espaço de violência e de indisciplina, é percorrida por um movimento ambíguo: de um lado, pelas ações visam o cumprimento das leis e das normas determinadas pelos órgãos centrais, e, de outro, pela dinâmica de seus grupos internos que estabelecem interações, rupturas e permitem a troca de idéias, palavras e sentimentos numa visão provisória e conflitual. (GUIMARÃES, 2016, p. 77).

As escolas são instituições que para seu funcionamento dispõem de normas e regras a serem seguidas, tanto pelos alunos quanto pelos professores, gestores, pedagogos e etc. para o cumprimento dessas regras é fundamental que seja entendido que as mesmas são para a garantia de direitos democráticos. Segundo a autora “a escola, como qualquer outra instituição, está planejada para que as pessoas sejam todas iguais” (idem), o que dificilmente se efetiva na prática.

A autora nos leva a refletir os impactos dessas normas e regras, como elas se aplicam na prática: as aplicações rígidas desses mecanismos disciplinares no sentido de impor ao

aluno características controladoras podem resultar em revolta contra a própria escola. Neste sentido a autora afirma que “a disciplina imposta, ao desconsiderar, por exemplo, o modo de como são partilhados os espaços, o tempo, as relações afetuais entre os alunos, gera uma reação que explode na indisciplina incontrolável ou na violência banal” (GUIMARÃES, 2016, p. 78).

As normas das escolas devem ser transparentes para todos, para que ninguém se julgue alheio ao conhecimento das mesmas. Para tanto é de suma importância que a escola esteja inteirada dos anseios da comunidade em que está inserida, ter conhecimento de seu público, compreender quais relações que esta desenvolve a partidas influências sociais.

Segundo Piletti e Rossato (2018):

Uma compreensão da criança, portanto, envolve o conhecimento da sua relação com o seu meio, das diversas possibilidades de influências às quais está suscetível (família, escola, outras instituições sociais). Nesse aspecto a escola é considerada um importante recurso no desenvolvimento da criança, na medida em que a entrada na mesma representa um grande momento na sua vida, passando a ser o centro de suas relações, rotinas, aprendizagens, perpassando todo o seu cotidiano, de maneira a influir sobre a sua personalidade. (PILETTI e ROSSATO, 2018, p. 111).

Nesse aspecto os referidos autores compreendem a escola como um instrumento expressivo e transformador na vida dos alunos a partir das relações estabelecidas dentro e fora da escola, à vivência da criança na escola impõe-lhe ajustamentos e desenvolvimento. Assim, a escola torna-se uma mediadora dos conhecimentos extra-sociais entre a família e a sociedade, capaz de produzir indivíduos disciplinados prontos para se relacionar no meio em que está inserido. (idem)

É na escola, ou mais precisamente dentro da sala de aula que se desenvolvem as mais complexas relações de conhecimentos sociais, o professor deve ter clareza desses fenômenos para não entrar em conflito com o coletivo. Os anseios dos alunos não devem ser ignorados, antes devem ser analisados e discutidos. Nessa perspectiva:

A escola tende a reforçar ora a integração plena, ora a rejeição total e, com isso, ela rompe o eixo das redes em que se apóiam a aproximação e a recusa afetivas. Esse desequilíbrio desvincula a escola de seu enraizamento junto aos alunos, represando sentimentos que frequentemente explodem sob as formas mais indesejadas. (GUIMARÃES, 2016, p. 80).

Nisso compreendemos que todos os participantes do ambiente escolar devem estar atentos aos sinais dados pelas relações estabelecidas no interior da escola. Segue a autora:

O objetivo de eliminar a violência e a indisciplina, ou de colocá-las para fora do espaço escolar, faz com que se perca a compreensão da ambiguidade desses fenômenos que, entre a *ordem* e o *ordenamento*, restauram a *unicidade grupal* e instalam uma tensão permanente. Quando essa tensão é vivida coletivamente, ela assegura a coesão do grupo; quando impedida de se expressar, transforma-se tão desenfreada que nenhum parêntese repressor, por mais eficiente que seja, poderá conter. (GUIMARÃES, 2016, p. 80).

Assim podemos compreender que os problemas de indisciplina podem ser frutos das más relações estabelecidas no interior das escolas, o choque entre a ordem e ordenamento em que os diferentes grupos que frequentam a escola muitas vezes são enquadrados, provocam uma reação de revolta em relação à escola.

É nessa perspectiva que Parrat-Dayan (2018) afirma que:

[...] a escola não está isolada da sociedade. Ao contrário, ela reproduz os problemas da sociedade em escala reduzida: falta de comunicação, pobreza, marginalização, intolerância, perda de valores, fatores todos que desembocam numa espécie de analfabetismo emocional. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 58).

A escola não é uma instituição isolada da sociedade, o que podemos observar é que tanto na escola quanto nas famílias e de forma geral na sociedade a indisciplina se manifesta a partir das formas de relacionamentos estabelecidos entre os indivíduos.

Guimarães (2016) compreende que os alunos não são o elo mais fraco da escola, esses alunos são sujeitos sociais que se identificam com os mais diversos grupos que frequentam a escola. Por essa razão é fundamental que as escolas busquem a compreensão desses pequenos grupos que formam a escola, para que ela possa ensinar a todos da mesma forma sem que eles percam suas identidades e que eles possam se sentir acolhidos e respeitados da maneira que se identificam, da mesma forma esses alunos tenham respeito entre eles, e convivam pacificamente de forma democrática.

1.2.3. Consequências da indisciplina no ambiente escolar.

A indisciplina interfere diretamente na dinâmica de sala de aula, na relação professor-aluno, podendo comprometer o processo de ensino-aprendizagem das crianças e dos

adolescentes, e por isso é fundamental que haja seu enfrentamento, pois a indisciplina pode evoluir e alcançar sua extremidade maior, ou seja, evoluir de atos indisciplinados para atos de violência e “como consequência dessas transformações um problema importante ganha destaque na escola, a indisciplina. O problema não é novo, mas sua magnitude aumentou e, em muitos casos pode gerar a violência” (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 128).

É um processo que não tem ganhadores, por isso é imprescindível à escola intervir e quanto mais cedo começar, maiores serão as chances de sucesso contra a indisciplina. Os professores por representarem o centro do funcionamento escolar e conseqüentemente estarem em contato direto com os alunos em sala de aula devem estar sempre atentos aos comportamentos que indiquem a indisciplina e procurar intervir de imediato. Buscar solucionar o problema em seu primeiro sinal, não esperar acontecer segunda vez, pois, os estudantes podem ficar com a impressão de que não serão atingidos por seus atos, e voltar a praticar os mesmos.

1.3. Indisciplina escolar: prevenção e enfrentamento.

No bojo de todas as causas e conseqüências que esse trabalho científico procurou pensar e minimizar o problema da indisciplina, é que se buscou uma prevenção baseada no seguinte pensamento de Parrat-Dayan (2018, p. 69) onde ela diz que: “se quisermos combater a indisciplina, é importante que na sala de aula possam ser discutido, de maneira democrática, não apenas os conteúdos escolares, mas, também, as regras de convivência. A autora aprofunda essa perspectiva quando comenta:

Só uma escola democrática poderá educar para a cooperação e respeito mútuo. E a escola democrática, como veremos, é uma escola construtivista. Dessa maneira, dentro da aula o professor não deve ser o único que toma as decisões, mas, ao contrário, deve consultar e debater com os alunos. Veremos como o debate, assim como outros dispositivos, é uma ferramenta que nos permite trabalhar o problema da disciplina (PARRAT-DAYAN, 2018, p.69).

A autora vê uma forma otimista de se trabalhar à prevenção, com a relação democrática entre professor e aluno ou vice-versa. Ela menciona a cooperação e respeito mútuo e o professor não deve ser o único que toma as decisões dentro de uma sala de aula. “O líder democrático ou participativo centra-se no grupo, fomenta a participação e a tomada de

decisões. O poder reside no grupo e não no lugar ocupado pelo líder”(PARRAT-DAYAN, 2018, p. 69).

Vasconcellos (1997) também acredita que o princípio de toda qualquer relação construtiva precisa ser democrática, mas que esse princípio deve permear em outros segmentos sociais, pois o problema da indisciplina reside em todos os ambientes sociais cuja influência reflete a todos, portanto o processo de mudança precisa ser específico e que cada um assuma suas responsabilidades:

É assim que estamos entendendo esse processo de mudança: “que cada segmento assuma suas responsabilidades específicas - que são evidentemente diferentes - e exija que os outros também assumam suas respectivas, enquanto todos se comprometem simultaneamente com a mudança das estruturas que estão por trás do problema”(VASCONCELLOS, 1997, p. 241.).

Nessa perspectiva ambos os autores compreendem da mesma maneira, que tanto a escola quanto os outros segmentos sociais necessitam especificamente assumir suas responsabilidades, e que todos se comprometam simultaneamente contribuindo para minimizar o problema da indisciplina:

É importante estreitar os laços entre a escola e a comunidade. Os pais devem se sentir responsáveis. É importante que eles sejam chamados para discutir os diferentes problemas pertinentes à educação dos alunos, incluindo as disciplinas. A comunidade precisa estar informada a propósito dos objetivos, realizações e atividades escolares. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 77).

A indisciplina atinge a todos, logo não é estranho que para enfrentá-la todos os seguimentos tenham que estar inteirados, em especial a escola e família, pois a esses dois seguimentos apresentam-se como os mais afetados. Portanto, subentende-se que segundo Vasconcellos (1997), a indisciplina pode ser minimizada no ambiente escolar, já que a escola é um ambiente propício a trabalhar o conhecimento numa perspectiva libertadora e democrática.

Dessa maneira o autor ressalta que:

A questão da disciplina pede, para seu enfrentamento, a ajuda de um conjunto de áreas do conhecimento, como a Sociologia, Antropologia, Psicanálise, Ética, Política, Psicologia, Economia, História, Tecnologia, Comunicação Social, além dos próprios saberes pedagógicos. (VASCONCELLOS, 1997, p. 229).

A sincronia dessas áreas do conhecimento dará maior suporte para os professores e ajudará na compreensão dos sujeitos envolvidos nos processos educacionais, uma vez que haja a socialização desses conhecimentos os professores não sentirão impotentes diante dos problemas ocasionados pela indisciplina, assim como Vasconcellos (1997), Parrat-Dayan (2018) compreende que quanto mais conhecimento se agrega maiores são as chances de sucesso no enfrentamento da indisciplina:

Tanto os diferentes autores como a maioria dos professores concordam em dizer que quanto mais recursos estiverem à disposição da escola, menores serão os problemas. Aumentá-los permite reforçar o corpo dos professores, limitar o número de alunos por turma, estabelecer um bom sistema de tutorias, aumentar o pessoal auxiliar, incorporar figuras tais como a do psicólogo, do assistente social, do monitor etc. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 59).

É de fundamental importância ressaltar aqui, que ambos os autores não compreendem o enfrentamento da indisciplina no sentido de erradicá-la, mas de minimizá-la, que a solução é uma construção diária que exige o empenho de todos. A autora a seguir ressalta:

[...] Não existe plano algum que solucione o problema da violência e da disciplina de modo a eliminá-los por completo. O conflito estar sempre presente, o que obriga a trabalhar, a cada momento, com todas as turbulências do dia-a-dia, localizando as formas através das quais elas se compõem em relação aos limites e as coerções da instituição (Baudry, 1988, pp. 5-17, citado por GUIMARÃES, 2016, p. 80).

O enfrentamento da indisciplina é feito por todos, a cada dia, nas famílias, nas escolas e em especial na sala de aula, por meios das relações estabelecidas no dia-a-dia, por meio do diálogo constante e de forma democrática. A disciplina não é algo que se pode impor na sala de aula, ela deve ser conquistada de preferência pelos esforços de todos. Parrat-Dayan é enfática neste quesito:

[...] a solução não está em castigar, expulsar os alunos ou enviá-los a sala do diretor. O civismo e convivência não são valores que podem se conseguidos num dia só. Surgirão do esforço cotidiano de todos: autoridades, comunidade educativa, pais e dos próprios interessados, os alunos! Do reconhecimento desse fato depende a formação integral, acadêmica e social das futuras gerações. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 59).

Nesse seguimento, Guimarães (2016) afirma que:

É preciso construir práticas organizacionais e pedagógicas que levem em conta as características das crianças e jovens que hoje frequentam as escolas. A organização do ano escolar, dos programas, das aulas, arquitetura dos prédios e sua conservação não podem estar distantes do gosto e das necessidades dos alunos, pois, quando a escola não tem significado para eles, a mesma que leva ao envolvimento, ao interesse, pode transformar-se em apatia ou explodir em indisciplina e violência. (GUIMARÃES, 2016, p. 81).

O confronto com a indisciplina é inevitável, mas para isso é indispensável o diálogo e a prudência diante da problemática, buscar compreender os anseios dos alunos, entender as suas necessidades é um grande passo para o enfrentamento da indisciplina. A proposta da autora é que haja um equilíbrio entre os interesses dos alunos e as exigências das escolas e transformá-la em um lugar atraente e proveitoso para o aluno, efetivar a autonomia do aluno como agente de responsabilidades.

CAPITULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Partimos da compreensão que a metodologia é fundamental para o desenvolvimento do trabalho científico como um todo; início, meio e fim. Considerando que através dela é possível definir as estratégias que melhor se aplicam para a compreensão do problema a ser pesquisado.

Segundo Oliveira (2007) a metodologia é compreendida como um processo primordial, pois ela orienta a pesquisa, métodos e técnicas, assim a autora conceitua da seguinte maneira:

Entenda-se como metodologia de pesquisa um processo que se inicia desde a disposição inicial de se escolher um determinado tema para pesquisar até a análise dos dados com as recomendações para a minimização ou a solução do problema pesquisado. Por tanto, metodologia é um processo que engloba um conjunto de métodos e técnicas para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos. (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

A essência da metodologia está em possibilitar o pesquisador a definir os procedimentos que serão seguidos na investigação com a finalidade de atingir, aprofundar e produzir novos conhecimentos. Nesse mesmo entendimento as autoras a seguir também compreendem que:

A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Dessa forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009 p. 13).

Em suma, podemos afirmar que toda pesquisa exige o uso de uma metodologia que possibilite além de sua realização a eficácia e validade. Logo, se faz necessário que o pesquisador tenha coerência ao definir os métodos científicos necessários para elaboração da pesquisa que lhe possibilite a elucidação dos objetivos traçados, organizado de forma coerente contribuindo assim, para sua compreensão, qualidade e confiabilidade de sua pesquisa.

2.1. Tipo de pesquisa.

Como já observamos, para realização de uma pesquisa faz-se necessário à escolha de métodos e técnicas apropriadas, fatores indispensáveis:

A pesquisa deve ser relevante para o pesquisador (a) e trazer uma contribuição para o avanço do conhecimento. Uma pesquisa de sucesso depende da boa definição do tema, do gosto em estudar tal problemática, da clareza do trajeto a ser feito durante as diferentes etapas da pesquisa. É preciso gostar do tema. Para isso, ele deve estar relacionado com a nossa vida, nossas experiências. É necessário que sintamos prazer em estudar e aprofundar tal tema para nosso crescimento pessoal e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento de novos conhecimentos. (OLIVEIRA, 2007. p. 46).

A autora compreende que a pesquisa está além de um requisito para obtenção de notas, esta deve ter relevância para o pesquisador, que desperte o interesse em estudar, que venha favorecer o avanço do seu conhecimento.

Como se observa, a pesquisa deve manter relação com realidade estudada, para tanto, é essencial que o pesquisador apresente no procedimento a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados em sua pesquisa. Deste modo essa pesquisa configura-se como uma abordagem qualitativa:

Entre os mais diversos significados, conceituamos abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análises de dados, que deve ser apresentados de forma descritiva. (OLIVEIRA, 2007 p. 37)

Segundo a autora a pesquisa qualitativa mantém uma relação inseparável da realidade e a subjetividade do sujeito que em si não pode ser reduzida a números. Nesse sentido, é imprescindível que o pesquisador ajuste nesse processo a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados da pesquisa. Portanto buscou-se compreender a realidade dos fatos elucidada pelos autores que vivenciaram e disponibilizaram como legado e finalidade de outras reflexões e análises, produzir novos estudos, cuja finalidade se faz presente neste trabalho.

Nesse sentido, Gerhardt e Silveira (2009) reforçam a definição de Oliveira (2007) quando afirmam que:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32)

Seguem as autoras:

[...] As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

Oliveira vai além, e faz a seguinte recomendação:

Para uma abordagem qualitativa recomenda-se aos iniciantes em pesquisa clareza quanto à necessidade de se adentrar em estudos que permitam diagnosticar em profundidade a realidade a ser pesquisada. Para realizar esse estudo é importante que já se tenha clareza quanto ao objeto de pesquisa, ou seja, quanto ao tema a ser estudado. (OLIVEIRA, 2007, p.37, 38).

A pesquisa qualitativa surge de uma necessidade real do meio que está inserido, almeja a compreensão da realidade que o cerca e mira melhorias a partir dos resultados da pesquisa, mas de forma fidedigna, sem manipulação no sentido de satisfazer as vontades do pesquisador pois existem inúmeras possibilidades das quais o investigador poderá lançar mão para auxílio no desenvolvimento de sua pesquisa seguindo os objetivos que se pretende alcançar, todavia, cada tipo de pesquisa possui características distintas e procedimentos particulares.

É fundamental que o pesquisador tenha conhecimento e compreenda esses tipos de pesquisa e assim, defina os meios que lhe conduzirão a alcançar os objetivos propostos em sua pesquisa. Desta forma, para o desenvolvimento deste trabalho foi adotada a pesquisa bibliográfica e documental. No que se refere à pesquisa bibliográfica:

É uma das formas de investigação mais frequentes em todas as áreas do conhecimento humano. Sua importância reside no fato de ser não só uma maneira específica de estudar um determinado tema, mas também de se apresentar como um pré-requisito necessário à realização de projetos de pesquisa e de outros tipos de investigação. Podemos defini-la como o ato de procurar, recolher, analisar,

interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto. (LUDWIG, 2015. p. 51).

Nessa mesma linha de pensamento Oliveira (2007) contribui para maior entendimento sobre a pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudos e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Pode-se afirmar que grande parte de estudos exploratórios fazem parte desse tipo de pesquisa e apresentam como principal vantagem um estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente ao fatos/fenômenos da realidade empírica. (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

A pesquisa bibliográfica é um ponto de partida, onde o pesquisador pode confrontar ideias de diferentes autores, observando concordância ou não entre os mesmos, possibilitando o pesquisador elaborar seu próprio conhecimento embasado nas contribuições teóricas já existentes. Esse tipo de pesquisa proporciona o contato direto entre o pesquisador e as ideias dos autores por meio dos textos escritos, possibilitando tanto o desenvolvimento da pesquisa, quanto a exploração de novas temáticas:

A principal finalidade da pesquisa bibliográfica é levar o pesquisador (a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo. O mais importante para quem faz opção por uma pesquisa bibliográfica é ter certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidas do domínio científico. (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Dentre as grandes contribuições da pesquisa bibliográfica enfatizamos que esta orienta o pesquisador durante a realização da pesquisa, possibilita traçar uma linha do tempo sobre o tema, e evitar a repetição de trabalhos já realizados, colaborando com o ampliamiento do conhecimento na área do tema escolhido, aborda fatos relevantes sobre o tema, além de atualizar o conhecimento do pesquisador sobre a temática, dá o embasamento e respaldo no resultado final da pesquisa.

No âmbito da pesquisa documental, destacamos que:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas,

jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakato “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.174). O desafio da pesquisa documental reside na capacidade analítica do pesquisador em compreender e interpretar os dados de maneira coerente e, a partir de sua análise, chegar a conclusões significativas e que possam contribuir para responder os questionamentos iniciais de sua pesquisa.

2.2. Fontes.

Como se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental, as fontes compreendem uma parte fundamental na elaboração da pesquisa, pois são elas que nos dão respaldo para formação do conhecimento e elaboração do trabalho. Por tanto, para o início do trabalho é imprescindível que o pesquisador se disponha a examinar e extrair os dados de acordo com o tema a ser pesquisado para desenvolver um trabalho que seja satisfatório. Ludwig orienta que:

[...] em primeiro lugar, que sejam feitas consultas em livros, revistas e documentos existentes em bibliotecas bem como em endereços eletrônicos. Na sequência, devem ser relacionados os que interessam fazer exame e leitura deles com técnicas apropriadas elaborar anotações e fichas e redigir um texto baseado neste trabalho. (LUDWIG, 2015, p.51).

As fontes para esse trabalho foram indicadas pela a orientadora, levando em consideração em um primeiro momento a orientação no sentido de definir os locais de busca de informações e de textos sobre o tema, bem como “biblioteca e Internet”, partindo de um pequeno número de texto que facilitassem a análise e interpretação do tema em questão, e dessa forma adentrar em textos que apresentassem abordagens e enfoques diferentes sobre o tema para aprofundar e construir novos conhecimentos, buscando sempre alcançar os objetivos proposto por este trabalho identificar na literatura estudos e debates sobre indisciplina escolar e conhecer as orientações teórico-metodológicos de enfrentamento da indisciplina no contexto escolar.

2.3 Etapa de coleta e análise dos dados.

2.3.1 Coletas de dados.

Foram utilizados livros de diferentes áreas, tais como sociologia, psicologia, filosofia, antropologia, estudos teóricos e documentos legais que tratam da problemática em questão, contribuindo para o desenvolvimento dos capítulos apresentados nesta pesquisa, assim como, para o referencial teórico, abordando também os assuntos pertinentes e relevantes para este estudo. No decorrer da leitura das obras dos autores citados eram extraídas as citações que fortaleceram os objetivos deste trabalho.

Os dados foram coletados mediante a leitura, seleção e sistematização dos principais autores e documentos que subsidiaram a pesquisa bibliográfica, dentre os quais destacamos: Parrat-Dayan (2018), Celso Vasconcellos (1997), Luckesi (1999) e Libâneo (1994; 2002).

No âmbito da pesquisa documental foram selecionadas as principais referências legais que tratam da educação brasileira, como a legislação que trata sobre os direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, destacamos as seguintes fontes de dados: Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 93094/96 (LDB); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional da Educação (PNE).

2.3.2 Análise de dados.

A análise dos dados bibliográficos e documentais foi realizada mediante ao estabelecimento de uma relação crítica entre os objetivos de pesquisa e a abordagem teórica de cada autor e documento estudado.

Nessa articulação entre os objetivos da pesquisa e os dados coletados buscou-se contribuir para o alcance do objetivo geral da investigação que foi contextualizar as relações estabelecidas entre a organização do trabalho pedagógico, a formação e a prática docente diante da indisciplina escolar.

CAPITULO III - A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO ARTICULADO AOS DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DA PRÁTICA DOCENTE: COMPREENDER PARA INTERVIR NO DEBATE E NAS AÇÕES ESCOLARES.

Neste capítulo vamos abordar a importância da efetivação da gestão democrática para a escola atingir seus objetivos a partir do trabalho colaborativo dos atores educacionais. Levando em consideração a gestão diante de tomadas de decisões na organização integrada aos objetivos trabalhados da melhor forma possível.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho se faz alusão ao tema indisciplina junto aos teóricos citados nesta pesquisa e pensou-se desde seu início e expomos durante sua evolução suas características complexas com a finalidade de minimizar esse problema no ambiente escolar. Sabe-se que a escola é formada por um conjunto de atores pedagógicos que compõem a instituição. Nesse sentido “a direção da escola deve estar presente frequentemente e em todos os espaços do estabelecimento, encorajando tantos alunos quanto professores”. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 77).

3.1. A escola como instituição complexa: os desafios do trabalho colaborativo.

A escola assim como qualquer outra organização social, precisa atender às demandas da sociedade, isso implica afirmar que suas atividades devem ser planejadas e coordenadas para atingir os resultados e os objetivos desejados. Nisso destacamos que os pressupostos do trabalho colaborativo residem em um trabalho sistematizado que envolva todos os integrantes do processo educacional, e isto só poderá ser efetivado por meio de uma gestão democrática da escola instituída na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN (Lei 9.394/96) e no PNE (2014):

A democratização dos processos de gestão da escola, estabelecida na Constituição Nacional, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e no Plano Nacional de Educação acentua a necessidade da ação coletiva compartilhada. A descentralização dos processos de organização e tomada de decisões em educação e a consequente construção da autonomia da escola demandam o desenvolvimento de espírito de equipe e noção de gestão compartilhada nas instituições de ensino, em todos os níveis. (LÜCK, 2007, p. 96).

Nesse sentido:

A gestão democrática da educação envolve, portanto, a garantia de marcos legais, por meio da regulamentação desse princípio constitucional em leis específicas, pelos entes federativos (o que é reforçado pelo PNE), e a efetivação de mecanismos concretos que garantam a participação de pais, estudantes, funcionários, professores, bem como da comunidade local, na discussão, elaboração e implementação de planos de educação, de planos e projetos político-pedagógicos das unidades educacionais, assim como no exercício e efetivação da autonomia dessas instituições em articulação com os sistemas de ensino. (BRASIL, PNE, 2014, p. 59).

Embasados nas citações anteriores podemos afirmar que a escola passou por grandes mudanças em relação à gestão escolar. Sua descentralização aumentou a responsabilidade dos atores educacionais e da comunidade escolar como um todo. Nesse sentido a gestão democrática trouxe autonomia para construir a Proposta Política Pedagógica de acordo com o seu contexto.

Cada escola tem um contexto social e uma realidade específicos, o que faz supor a impossibilidade de se adotar medidas semelhantes para situações distintas. Cabe, pois, alertar para a importância de se conhecer efetivamente a própria realidade educacional em que se atua em toda a sua singularidade e com base nas percepções e representações de seus membros. (LÜCK, 2007, p. 89).

Assim, acreditamos que organização da escola deve ser caracterizada pelo trabalho em conjunto envolvendo todos os integrantes desse processo com a finalidade de alcançar os objetivos da educação em relação à sociedade e a formação dos alunos. A direção coordena os trabalhos a serem executados da melhor maneira possível, avaliando e discutindo com o grupo, esses são os propósitos da gestão democrática:

O desenvolvimento de uma administração participativa, cujas responsabilidades são distribuídas, é condição para fortalecer vínculos dos membros com a instituição e com o trabalho proposto. Porém, para que haja participação efetiva é necessário um amplo sistema de informações. Ninguém pode participar consciente se não estiver bem informado. (LÜCK, 2007, p. 89)

O gestor tem uma importância significativa de fazer com que a escola seja respeitada pela comunidade, para tanto se faz necessário que sejam traçadas estratégias para atrair a comunidade para o processo educacional da escola:

A gestão democrática não é um caminho pronto. É um processo que se constrói pelo jeito de caminhar. É um processo que não ocorrerá espontaneamente, desenrola-se em uma dinâmica de relações de poder que, por vezes, pode enterrar o seu avanço. É necessário que seja provocada, vivida e apreendida por todos que pertencem ao contexto social imediato da organização escolar, sujeitos sociais, construindo a sua história. (HORA, 2007, p. 93).

Nesse aspecto a gestão democrática colabora para o enfrentamento da indisciplina, uma vez que, a indisciplina é compreendida como fruto do choque das adversidades culturais e das transformações sociais e tecnológicas, a gestão escolar democrática tem a flexibilidade de agir diante de situações adversas, traçando estratégias tanto para buscar solucionar, prevenir e intervir diante deste fenômeno indisciplinar:

A gestão escolar constitui uma dimensão importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, observa-se a escola e os problemas educacionais globalmente, e se busca abranger, pela visão estratégica e de conjunto, bem como pelas ações interligadas, tal como uma rede, os problemas que, de fato, funcionam de modo interdependente. (LÜCK, 2009, p. 23).

O trabalho educativo é um processo de colaboração coletiva que contribui para atingir seus objetivos na formação democrática de seus alunos, para isso a escola deve envolver os mesmos de maneira significativa na edificação da escola. A gestão democrática tem a função de unir os setores da escola e a comunidade como um todo, para garantir que todos possam ser reconhecidos como sujeitos integrantes do processo educacional, interagindo, sendo ouvido e dando sugestões e até mesmo mencionando críticas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem:

O processo de gestão escolar deve estar voltado para garantir que os alunos aprendam sobre o seu mundo e sobre si mesmos em relação a esse mundo, adquiram conhecimentos úteis e aprendam a trabalhar com informações de complexidades gradativas e contraditórias da realidade social, econômica, política e científica. (LÜCK, 2009, p. 23).

Devemos ter clareza que qualquer lugar ou situação podem configurar um processo de aprendizagem para crianças e jovens e que estes estão sempre aprendendo. Seja em casa com a família, na rua com os colegas, nas redes sociais, com os professores na escola e com os demais elementos que fazem parte do contexto social e escolar. Uma escola democrática é aquela que respeita os pensamentos, ideias e manifestações culturais de seus alunos. Dessa forma, procura avançar na busca de novos conhecimentos para oferecer o melhor serviço para a comunidade, desenvolvendo parcerias e o aprimorando suas práticas educacionais.

A gestão democrática busca estar atualizada com os conhecimentos sociológicos, antropológicos, da psicanálise, éticos, políticos, psicológicos, econômicos, históricos, tecnológicos, da comunicação social, além dos próprios saberes pedagógicos com a finalidade de desenvolver um trabalho responsável e obtenha resultados satisfatórios no enfrentamento da indisciplina. A gestão democrática se dá quando todos os atores educacionais participam ativamente do processo educacional, na identificação e na solução do problema. Os professores por estarem em contato direto com os alunos precisam estar integrados na administração da escola: “Quando a equipe de professores trabalha junto com a administração para planejar mudanças e resolver problemas, apresentam-se menos situações de indisciplina, porque os professores se sentem apoiados”. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 84).

Os professores devem se sentir apoiados e preparados para lidar com as adversidades encontradas na sala de aula “Uma rede de apoio pode fortalecer o desejo de ensinar, que envolve a colaboração da equipe pedagógica, administrativa, dos pais dos alunos, um sistema de ensino que vislumbre e dê conta de uma educação para todos” (Idem). A autora diz ainda que:

Esse trabalho coletivo, que rompe com o isolamento no qual os educadores permanecem, implica práticas institucionais dentro da organização escolar, ou seja, trabalhar com equipe pedagógica, classes cooperativas, conselhos e etc., que, como já vimos, são essenciais para gestão da disciplina. (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 111, 112).

É fundamental que o professor tenha vínculo com todo o corpo pedagógico, com a finalidade da cooperação desses atores que compõem a instituição:

O trabalho em equipe é uma ocasião para o educador confrontar suas próprias concepções com a dos seus colegas, para dialogar sobre o saber que ele construiu e, assim, para ser reconhecido como ator. Esse educador não apenas deve “saber”, mas também “fazer saber”. Tudo isso exige competência tais como: saber se comunicar, saber conduzir um grupo, saber escutar ponto de vistas diferentes, saber negociar, saber elaborar proposições, saber fazer gestão de projetos, realizá-los, ajustá-los e avaliá-los. Evidentemente, tudo isso exige um conhecimento da organização e do funcionamento da instituição escolar (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 112).

A autora deixa claro que o trabalho colaborativo socializa as concepções e capacidades construtivas dos educadores, brotam as competências e as habilidades pessoais e pedagógicas fortalecendo as relações no ensino e a aprendizagem a favor da disciplina:

A própria concepção de gestão educacional como um processo de mobilização do talento e da energia humana, necessários para a realização dos objetivos de promover nas instituições educacionais experiências positivas e promissoras de formação de seus alunos, demanda a realização de trabalho conjunto e integrado (LÜCK, 2007, p. 97).

Dessa maneira, o trabalho colaborativo é benéfico, pois este proporciona o desenvolvimento e o aperfeiçoamento profissional individualizado e coletivo, além de aumentar a confiança para inovar e mudar possibilita o aprendizado recíproco na medida em que os profissionais partilham de novas experiências e reflexões se sentem capazes de inovar. O trabalho colaborativo na escola se efetiva na medida em que os docentes trabalham de forma coletiva e estratégica na busca de encontrar novos caminhos de atuação frente às mudanças educacionais da atualidade e as diversidades culturais dos alunos.

3.2. Trabalho pedagógico e trabalho docente diante das questões da indisciplina.

O progresso de uma escola está baseado no engajamento de todos em um trabalho conjunto, pensado e elaborado em favor do bem comum. É na escola que se tem acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de todos os alunos.

Perante a dificuldade dos professores no enfrentamento à indisciplina, o olhar de muitos estudiosos volta-se para a necessidade de fornecer aos professores condições de atuação, de forma a resolver os conflitos e favorecer o desenvolvimento das crianças de forma saudável, colocando em pauta a importância da formação docente nesse processo. Vasconcellos (2009, p.55) destaca que:

No processo de formação docente, é importante que o futuro professor seja desde logo confrontado com a realidade educacional e vá se capacitando para enfrentá-la, não tanto do ponto de vista de geração de estratégias imediatas de intervenção, mas incorporando a análise como uma dimensão do instrumental teórico-metodológico, o qual pode ser aplicado em diferentes manifestações e contextos. (VASCONCELLOS 2009, p.55).

Concomitantemente, Parrat-Dayán (2018) menciona que apesar do profissional da área de educação ter todo apoio institucional pedagógico, o que é fundamental, esse necessita de

uma formação continuada garantida nos art. 63º e 67º da LDBEN 9394/96, assim segue a autora:

Podemos dizer que esse profissional deve formar-se no sistema integral de educação. É uma pessoa compromissada e se reconhece como um sujeito individual e coletivo que contrapõe sua prática atual e se interroga sobre as formas de poder, está em permanente transformação, valoriza as diferentes culturas, reflete sobre suas características e as toma como fontes de conhecimento, propõem tarefas, toma decisões, sabe negociar e constrói a interação social, experimenta e introduz elementos inovadores na sua prática educativa (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 112).

A autora continua:

[...] investiga para desenvolver conhecimentos e fortalecer sua ação, sabe duvidar e questionar todas as coisas que funcionam como verdades absolutas, faz uso de recursos tecnológicos, impulsiona e gera clima de trabalhos colaborativos e favoráveis à sua formação, desenvolve projetos, enfim, esse é o novo profissional necessita para produzi-lo, a maneira proposta é a sua formação pessoal, que se torna permanente (Idem).

Além de falar desse novo profissional, de formação pessoal, de capacitação e habilidades inovadoras, tais conhecimentos precisam ser efetivados na prática:

Ser um especialista da aprendizagem supõe saber mobilizar conhecimentos em ciências humanas para interpretar, de maneira justa, as situações vividas em sala de aula e para se adaptar aos diferentes públicos escolares; implica dominar saberes disciplinar e interdisciplinares, dominar a didática da matéria, ter uma cultura geral para saber e poder despertar o interesse dos alunos conceber dispositivos de ensino, testá-los e regulá-los; além de planificar, gerar e avaliar situações de aprendizagem (PARRAT-DAYAN, 2018, p.113).

O professor não é um sujeito estático, seu conhecimento precisa estar sempre em sintonia com as mudanças sociais, “para transformar-se em profissional, o educador deverá construir e atualizar as competências necessárias para o exercício pessoal e coletivo da autonomia e da responsabilidade”. Sobre essa proposta:

A autonomia e responsabilidade dependem da capacidade de refletir na ação e sobre sua ação. É por isso que a profissionalização valoriza o modelo prático-reflexivo e não pode se obter essa condição sem haver, concomitantemente, uma mudança no funcionamento da instituição escolar. Por isso, mesmo mudando a grade curricular, defendendo a profissionalização do ensino, exigindo inovações pedagógicas, abrindo a escola para a comunidade etc., se os educadores continuarem isolados nas suas aulas, com os mesmos meios e as mesmas condições que antes, o seu ofício permanecerá evoluindo muito lentamente (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 113, 114).

O professor é o profissional da educação que acaba desenvolvendo/assumindo vários papéis dentro e fora da sala de aula, logo sua formação deveria lhe capacitar para atuar nas várias instâncias do processo ensino e participar ativamente da construção de propostas educacionais.

3.2.1 Apoio ao trabalho docente

Os professores nem sempre estiveram presentes participando dos momentos de organização do trabalho educativo, sua participação muitas vezes se resumia a execução de um plano de aula, dessa forma os problemas que permeiam os ambientes educacionais em especial a indisciplina se tornam difícil de ser enfrentado, pois como já observamos o trabalho docente deve ser planejado de forma democrática, discutido com a direção e os demais atores educacionais. Seguindo a perspectiva de apoio coletivo, democrático, autônomo, entre os profissionais da educação que esse trabalho demanda. Libâneo (1994), acrescenta:

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulado a atividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes das relações sociais isso significa que os elementos do planejamento escolar – objetivos, conteúdos e métodos – estão recheados de implicações sociais, têm um significado genuinamente político. O planejamento é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações; se não pensarmos didaticamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade (LIBÂNEO, 1994, p. 222).

O autor continua:

O plano da escola, enquanto orientação geral do trabalho docente deve ser consensual entre o corpo docente. Pode ser elaborado por um ou mais membros do corpo docente e, em seguida, discutido. O documento final deve ser um produto do trabalho coletivo, expressando os posicionamentos e a prática dos professores. Com efeito, o plano da escola deve expressar os propósitos dos educadores empenhados numa tarefa comum (LIBÂNEO, 1994, p. 230).

Desse modo, o planejamento deve consolidar o colaborativo, todos os atores educacionais devem se sentir identificados e realizados, pois este é fruto do diálogo coletivo, da negociação e o respeito mútuo. Neste está definido os objetivos do coletivo, o passo a passo do que se pretende alcançar. Assim, o planejamento do trabalho colaborativo diante da

indisciplina deve ser desenvolvido, mediante ao diálogo e troca experiências dos atores educacionais, levando os mesmos a refletirem suas práticas.

3.2.2 Socialização das experiências.

É imprescindível que todas as experiências conjecturadas, agora organizadas, estruturadas etc., a favor da disciplina sejam socializadas e mobilizadas com a participação de todo o corpo de atores que fazem parte da instituição. Assim Parrat-Dayan (2018, p. 54) assevera quando fala do principal desses atores:

O modelo do prático-reflexivo é o de um educador que é capaz de se adaptar a todas as situações de ensino, por meio da análise das suas práticas e dos resultados que obtém. Esse educador sabe se perguntar qual é o sentido das ações que realiza, sabe se interrogar sobre suas próprias concepções, sobre o que faz e por que faz. É por essa capacidade de autoanálise que pode identificar seus êxitos e fracassos e assim ajustar suas ações.

Continua a autora:

Esse educador não se satisfaz em reproduzir rotinas pedagógicas. Graças à autorreflexão e aos problemas que surgem em situações bem definidas, é capaz também de navegar com facilidades entre a prática e a teoria; e, adotando uma atitude crítica e pragmática com relação saber teórico e às técnicas e ferramentas pedagógicas que aprendeu durante sua formação, o novo profissional pode pensar e se adaptar a diversas situações. [...] Por último, esse novo profissional trabalhará em equipe e desenvolverá práticas institucionais, interessando-se pela gestão coletiva da vida dos seus estabelecimentos (PARRAT-DAYAN, 2018, p. 111).

Enfim, o trabalho coletivo colaborativo onde se tem a mobilização dos de seus propósitos e objetivos, que buscam a capacitação dos sujeitos e suas habilidades subjetivas buscando favorecer mediante boas práticas pedagógicas. Os agentes envolvidos influenciarão tanto nas relações professor/professor, professor/aluno, ou qualquer profissional escolar alcançará o objetivo maior: a disciplina, a emancipação dos sujeitos envolvidos, a autonomia, que conseqüentemente fará uma instituição educacional cumprindo o seu papel – educar com qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a indisciplina de fato seja minimizada e como resultado origine cidadãos em potencial de vivências geradoras da formação de atitudes responsáveis que garanta sua efetiva autonomia, para isso é preciso que se estabeleça na escola gerenciamento da educação pública descentralizada e de regime democrático participativo.

É nesse sentido que há necessidade de todo corpo de elenco profissional que faz parte da liderança nacional de educação em conjunto com todos os estudiosos e pesquisadores criem condições e ferramentas inovadoras de forma a capacitar e mobilizar os professores, que por sua vez se encontrarão estimulados para o enfrentamento da indisciplina de forma inteligente, com uma prática pedagógica agora dinâmica, participativa e coletiva com os alunos, que por sua vez desenvolverão um aprendizado significativo de senso crítico, prontos para debates a favor de sua própria emancipação.

Assim sendo, neste momento, o país e o município passam por mudanças econômicas e políticas que refletem na forma como a educação deveria se pautar. Documentos legais como a Constituição Federal de 1988, LDB/96, Plano Nacional de Educação e Plano de Desenvolvimento Educacional, apresentam como um dos seus princípios estabelecer a gestão democrática para a educação com intuito, segundo os objetivos da gestão democrática, garantir o acesso e a qualidade do ensino em todos os níveis de ensino.

Atos de indisciplina entre os alunos, em todos os níveis de educação, representam um desafio universal que vem sendo enfrentado nas escolas de todas as partes do mundo. Com base nessa realização, foi que se explorou os vários atos de indisciplina, suas causas e consequências e como ela está sendo gerenciada em diferentes contextos escolares.

Tudo requer medidas que muito depende da ótica, da cultura, da percepção das pessoas, de forma a agregar os valores necessários. Sendo então cometidos erros que poderiam ser evitados por meio de uma simples orientação familiar ou mesmo na escola com uma educação de qualidade.

Portanto, é necessário obter as causas básicas da indisciplina entre os alunos para encontrar uma solução. Diante disso, a preocupação desta pesquisa foi descobrir os fatores responsáveis para a indisciplina no ambiente escolar. Com vista a fornecer propostas para mudança dessa realidade.

O problema da indisciplina nas escolas tem persistido ao longo dos anos. Não há dúvida de que a indisciplina geralmente milita contra o ensino eficaz e a aprendizagem, a produção de utilidade aceitável nos membros da sociedade. Observa-se, portanto, que alguns pais parecem ter negado seus papéis ou responsabilidades para com os filhos, o que os envolve também nessa batalha de redescobrir o seu verdadeiro papel.

O governo, devido sua natureza e liderança maior precisa contribuir fornecendo instalações e equipamentos adequados na escola e qualificando professores mediante projetos inovadores, cujos objetivos e finalidades é mantê-los informados das transformações e evoluções culturais que trazem os alunos consigo de outros ambientes para escola.

Assim sendo, conclui-se que governo, educadores e todos os agentes que fazem parte da escola como um todo precisam se unir definitivamente e se debruçar nos conhecimentos a esse respeito, permitindo que todos os instrumentos necessários possíveis já citados ao longo desta pesquisa, se faça prático no propósito de pelo menos minimizar a indisciplina que tanto corrói nossas bases (crianças jovens e adultos), que se cuidados e disciplinados mudarão o rumo do país pra melhor, pois se sabe que o berço familiar e escolar são os fundamentos postos para a transformação do mundo.

REFERÊNCIAS.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CAPELATTO, Ivan Roberto. **Educação com afetividade**. Disponível em: http://livro.educardpaschoal.org.br/upload/NossosLivros/Educacao_com_afetividade_para_sit_e.pdf.
- CELSO, Antunes. **Professor bonzinho = aluno difícil: a questão da indisciplina em sala de aula**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.
- CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes**. S. Paulo: Cortez, 2014.
- DEMO, Pedro. **Sociologia d Educação: sociedade e suas oportunidades**. Brasília/DF: Plano Editora, 2004.
- FARIAS, C. V. **Indisciplina escolar: conceitos e preceitos**. 1979. Dissertação – (Departamento de Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ – 1979.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba/PR: Positivo, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.
- GARCIA, J. **Notas sobre o conceito de disciplina**. In: SEMINÁRIO INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA, 2, 2006, Curitiba. *Anais*. Curitiba: UTP, 2006. p. 69-84.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de pesquisa**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2009.
- GUIMARÃES, Áurea M. **Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos na escola**. In: AQUINO, JulioGroppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 18ª ed. S. Paulo: Summus, 2016.
- HORA, Dinair Leal da. **Gestão educacional democrática**. Campinas: Alínea, 2007.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. S. Paulo/SP: Atlas, 2003.
- LA TAILLE, Yves. **A indisciplina e o sentimento de vergonha**. In: AQUINO, JulioGROPPA. **Júlio A. Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 18 ed. S. Paulo: Summus, 2016.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. S. Paulo: Cortez, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática: velhos e novos temas**. Edição do Autor, Maio de 2002.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão pedagógica**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba/PR: Positiva, 2009.

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da educação**. S. Paulo/SP: Cortez, 1999.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

PARRAT-DAYAN, Silvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. 2ª Ed. S. Paulo: Contexto, 2018.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. **Psicologia da aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo**. S. Paulo/SP: Contexto, 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Os desafios da indisciplina em sala de aula e na escola**, 2009. Disponível em: [http://www..crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias-](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias-p.227-252) p.227- 252.